

ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras padronizadas da Cambuci S.A., distribuídas da seguinte forma:

1. Contexto operacional
2. COVID-19
3. Relação de entidades controladas e consolidadas
4. Declaração da administração e base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras
5. Novas normas, alterações e interpretações de normas
6. Demonstrações financeiras consolidadas
7. Resumo das principais políticas contábeis
8. Política de gestão de risco
9. Caixa e equivalentes de caixa
10. Contas a receber
11. Estoques
12. Partes relacionadas
13. Tributos a recuperar
14. Despesas pagas antecipadamente
15. Demais contas a receber
16. Propriedades para investimento
17. Investimentos
18. Imobilizado
19. Intangível
20. Fornecedores
21. Empréstimos e financiamentos
22. Obrigações sociais e trabalhistas
23. Obrigações fiscais
24. Demais contas a pagar
25. Provisões para contingências
26. Patrimônio líquido
27. Instrumentos financeiros
28. Receita operacional líquida
29. Incentivos fiscais – Subvenção para investimentos
30. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas
31. Receitas financeiras e despesas financeiras
32. Despesas por natureza
33. Imposto de renda e contribuição social
34. Informações por segmento
35. Benefícios a empregados – Plano de opções
36. Cobertura de seguros

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cambuci S.A. (“Cambuci” ou “Companhia”) é uma Companhia por ações de capital aberto, com sede na Cidade de São Paulo - SP, registrada na Bolsa de Valores de São Paulo – BMF&BOVESPA com o código de negociação “CAMB3”.

A Companhia tem como objetivo social a industrialização, comercialização, importação, exportação e representação de artigos esportivos e produtos em geral destinados a prática de esportes e atividades recreativas, tais como fios, tecidos, armarinhos, artigos de vestuário, bolsas, chapéus, calçados e acessórios de qualquer espécie, assim como a prestação de serviços de beneficiamento, marcação, estamparia, colagem, tinturaria e bordados, por conta própria ou de terceiros, consultoria e assessoria administrativa, além da participação em outras Companhias como sócia ou acionista.

A Companhia possui plantas industriais nas cidades de Itabuna e Itajuípe, ambas no Estado da Bahia, e em Bayeux no Estado da Paraíba.

Para o desenvolvimento de suas atividades comerciais no exterior, a Companhia, através de suas controladas, atua na Argentina e Uruguai. As unidades da Espanha, Paraguai e Chile estão com suas atividades paralisadas.

Continuidade operacional da Penalty Argentina

Nos últimos exercícios, a Companhia realizou ações mercadológicas com adequação dos produtos e a melhoria na margem bruta, redução e o controle das despesas gerais e administrativas, com o objetivo de minimizar os efeitos econômicos vivenciados. Através destas ações equilibrou os fluxos de caixa e recuperou a rentabilidade da Penalty Argentina durante o exercício de 2020. Apesar da pandemia do COVID-19, os resultados negativos apresentados na subsidiária foram revertidos, apresentando uma melhora significativa e superior aos exercícios anteriores.

A Administração acredita que nos próximos anos a Companhia possua expectativas de melhorar ainda mais sua rentabilidade e gerar recursos oriundos de suas próprias operações para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas quanto a sua capacidade de continuar operando.

2. COVID-19

A Administração da Companhia ressalta que vem acompanhando as notícias sobre os impactos econômicos da pandemia do COVID-19, em especial ao mercado brasileiro.

Em meados de março deste ano, iniciando-se as restrições de mobilidade humana preventiva aos impactos relacionados à pandemia decorrente do vírus COVID-19, recomendada pela Organização Mundial de Saúde e determinada pelas autoridades brasileiras, o cenário nacional e mundial para os negócios da Companhia e suas controladas apresentou significativas mudanças.

A Companhia vem recorrentemente sensibilizando seus colaboradores das medidas de enfrentamento ao COVID19 e adotando todos os protocolos para minimizar os impactos. Tais medidas fizeram com que os índices de contágio se mantivessem baixos, preservando a saúde e as vidas dos nossos colaboradores e assegurando que não houvesse impacto no nosso desempenho operacional.

Os valores patrimoniais e de resultados apresentados neste relatório devem ser analisados considerando os efeitos destas reduções de atividades citadas. As principais reduções foram na receita operacional líquida (nota 28) e em outras despesas operacionais (nota 30) onde foram registrados os custos com ociosidade fabril do exercício.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

A Administração da Companhia elabora suas análises de "stress" em suas operações, de forma que não se resumam à esta crise, estando com a convicção que os aprendizados deste exercício se estenderão a efeitos benéficos em seus negócios com ampliação das atividades físicas pela população, agilidade de respostas com seus parceiros comerciais, a não aceitação de ineficiências, adequação da carga tributária e de custos financeiros em operações de crédito à condições mais atraentes para o efetivo trabalho, produção e consumo, com menor valorização da especulação.

Neste cenário e nestas premissas a Administração, desde os primeiros momentos desta situação, tomou medidas para preservação dos negócios com aumento de sua liquidez, revisão do volume de produção com adequação do número de colaboradores e negociação de prazos e preços com fornecedores, ampliação dos critérios de concessão de créditos para seus clientes buscando minimizar inadimplências futuras, redirecionamento a fornecedores nacionais pela momentânea oscilação das taxas cambiais e demais atitudes inerentes a este momento de crise.

A Administração avaliou até a data de emissão deste relatório, que as ações tomadas até o momento permitiram concluir que não existem perdas relevantes a serem registradas nas demonstrações financeiras.

3. RELAÇÃO DE ENTIDADES CONTROLADAS E CONSOLIDADAS

A Companhia não adquiriu empresa ou negócio no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

As informações consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais mantém controle acionário ou controle das atividades, direta ou indiretamente, conforme nota explicativa 6.

4. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), em vigor em 31 de dezembro de 2020.

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. Em resumo, sugere uma divulgação à luz da relevância da informação, considerando características qualitativas, quantitativas e os riscos para a entidade.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R\$"), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em Reais estão informados quando aplicáveis.

Não há em 31 de dezembro de 2020 ativos não circulantes mantidos para venda ou operações descontinuadas.

A emissão das demonstrações financeiras padronizadas individuais e consolidadas foram autorizadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 10 de fevereiro de 2021.

4.2 Moeda funcional e apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de apresentação das demonstrações financeiras das controladas. As demonstrações financeiras de cada controlada, que também são aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

Para as controladas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos monetários são convertidos de sua moeda funcional para Reais, utilizando a taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e as respectivas contas de receitas e despesas são apuradas pelas taxas médias mensais dos períodos. Já os ativos e passivos não monetários, são convertidos de sua moeda funcional para Reais pela taxa de câmbio da data da transação contábil (taxa histórica).

Os ganhos e perdas resultantes da variação cambial apurada sobre os investimentos em controladas no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e os ganhos e perdas resultantes da variação cambial apurada no processo de consolidação das demonstrações contábeis da Companhia (*Cumulative Translation Adjustment* (“CTA”)), são reconhecidos na rubrica de outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

4.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras da Controladora e Consolidado é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação dessas demonstrações contábeis, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações contábeis da Controladora e Consolidado incluem, portanto, estimativas referentes principalmente a provisão para impostos diferidos Nota 13, seleção da vida útil do ativo imobilizado Nota 18.2, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas Nota 25, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares Nota 27.

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

4.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustado, quando requerido, para refletir o valor justo de certos ativos e passivos.

5. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Não existem normas, alterações e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e suas controladas, conforme demonstrado a seguir:

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

			Participação no capital total - %		
			Sede (País)	31/12/2020	31/12/2019
Controladas Diretas					
Cambuci Importadora Ltda.	(i)	Brasil		99,99	99,99
Impar Paraguay S/A	(ii)	Paraguai		96,70	96,70
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	(i)	Brasil		98,00	98,00
Cambuci Trust S/A	(i)	Brasil		100,00	100,00
Latinline S/A	(vi)	Uruguai		100,00	100,00
Penalty Argentina S/A	(iii)	Argentina		95,00	95,00
Penalty Chile S/A	(iv)	Chile		100,00	100,00
Penalty Ibéria S.L	(v)	Espanha		100,00	100,00

- (i) Cambuci Importadora Ltda., (“Cambuci Importadora”) sediada no Espírito Santo para importações de produtos para industrialização. Está ativa, mas sem movimento. A Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda. (“Impar Sports”), sediada na cidade de São Roque, tem como finalidade a comercialização no atacado de artigos do vestuário e complementos. A Cambuci Trust S/A (“Cambuci Trust”), sediada na cidade de São Roque, tem como finalidade a compra, venda ou locação de imóveis próprios, bem como participação societária em outras empresas.
- (ii) Impar Paraguay, sediada na Cidade de Hernandarias no Paraguai, cuja moeda funcional é o Guarani, tem como objeto a produção, comercialização, importação e exportação de produtos esportivos e está sem operação.
- (iii) Penalty Argentina S/A (“Penalty Argentina”), sediada na Cidade de Buenos Aires na Argentina, cuja moeda funcional é o Peso Argentino; tem como objeto a comercialização, importação e exportação de artigos esportivos.
- (iv) Penalty Chile S/A (“Penalty Chile”), sediada na Cidade de Santiago no Chile, cuja moeda funcional é o Peso Chileno; tem como objeto a comercialização e importação de artigos esportivos e está sem operação.
- (v) Penalty Ibéria S.L. (“Penalty Ibéria”), sediada na Espanha, cuja moeda funcional é o Euro; tem como finalidade a comercialização e importação de artigos esportivos e está sem operação.
- (vi) Latinline Trade S/A (“Latinline”), é uma sociedade constituída na Republica Oriental do Uruguai, cujo objeto é o desenvolvimento de atividades comerciais de vendas ao mercado asiático, através da cobrança de royalties.

Os períodos contábeis das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora. As práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas controladas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas nas informações do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

O processo de consolidação previsto nos pronunciamentos CPC 36 (R3) e IAS 27 corresponde à soma das contas patrimoniais e de resultado, complementado com as seguintes eliminações:

- As participações da Controladora no patrimônio líquido das controladas;
- Saldos de contas patrimoniais mantidos entre as empresas;
- Receitas e despesas decorrentes de operações comerciais e financeiras realizadas entre as empresas; e
- As parcelas do resultado do exercício e do ativo correspondentes aos ganhos e as perdas não realizados nas operações entre as empresas.

7. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos fluirão à favor da Companhia e suas controladas. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

a.1) Receita de venda de mercadorias

A receita de venda de mercadorias é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A Companhia e suas controladas não detêm mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida.

a.2) Receita financeira

As receitas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

b) Transações denominadas em moeda estrangeira

As controladas no exterior são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujos resultados anuais são reconhecidos na proporção da participação de investimento da Companhia e são registrados como resultado de equivalência patrimonial. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são registradas no grupo de ajustes acumulados de conversão, no patrimônio líquido da controladora.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

c) Instrumentos financeiros

c.1) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias:

- Instrumentos financeiros ao custo amortizado;
- Instrumentos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes; e
- Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Mensuração subsequente

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Na nova norma contábil, a menos que um ativo financeiro tenha sido designado no momento inicial ao valor justo por meio do resultado (com o propósito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração contábil), os instrumentos de dívida devem ser classificados subsequentemente como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base nos seguintes itens:

- No modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros;
- Nas características de fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros (também denominado teste de “SPPJ” – Somente pagamento de principal e juros).

c.2) Passivos financeiros

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: empréstimos e financiamentos e fornecedores.

c.3) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros reconhecidos são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal e têm se a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c.4) *Impairment* de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros que não são classificados como ao valor justo por meio do resultado, são testados anualmente para identificação de indicadores de *impairment*. Ativos financeiros são considerados deteriorados quando existe evidência objetiva, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, de que os fluxos futuros estimados de caixa do investimento foram impactados.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis em até 90 dias a contar da data de contratação, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado” (Nota 9).

e) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e são deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações Financeiras.

Informações referentes à abertura do contas a receber em valores a vencer e vencidos estão demonstradas na Nota 10.

f) Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido é apurado pela diferença entre o preço de venda na operação normal da Companhia, reduzido os custos incorridos para realizar a venda. As perdas estimadas para estoques

de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas levando em consideração o histórico de vendas destes estoques, na qual a Companhia recupera parte deste custo, resultando num percentual médio de não recuperação que se aplica ao saldo dos estoques classificados como de baixa rotatividade ou obsoletos.

A Administração da Companhia considera que foram constituídas perdas estimadas em montante suficiente para os estoques de baixa rotatividade ou obsoletos.

g) Investimentos

Na controladora, os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados ao custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

h) Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

i) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. As depreciações dos bens são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 18 e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens. A vida útil dos ativos é revisada e ajustada, se apropriada, ao final de cada exercício. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

j) Intangível

São mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis da Companhia possuem vida útil definida. As amortizações são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 19.

k) Redução ao valor recuperável - *Impairment*

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido à Companhia não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de uma Companhia de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de indicativos de *impairment* sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual é representado pelo maior valor entre (i) o valor justo do ativo menos seus custos de venda; e (ii) o seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros.

Para fins de teste de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais exista fluxos de caixa identificáveis, que podem ser a unidade geradora de caixas “UGC’s” ou segmentos operacionais. A Companhia utiliza a sua única “UGC” para realizar esse teste.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não identificou nenhum item que requeira provisão por redução ao valor recuperável.

l) Outros ativos e passivos

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

m) Tributação

m.1) Imposto de renda e contribuição social

Quando aplicável, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

n) Ajustes a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de curto prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa das transações e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

o) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor faturado. Quando aplicável, são registradas

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

p) Empréstimos e financiamentos

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

q) Ativos e passivos contingentes e depósitos judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e depósitos judiciais são efetuados de acordo com o CPC 25 e IAS 37 da seguinte forma:

(i) ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) passivos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que a probabilidade de perda é provável. Nos casos do não reconhecimento, a Companhia divulga os principais processos de perda possível na Nota 25.

(iii) depósitos judiciais – são mantidos no ativo não circulante sem a dedução das correspondentes provisões para contingências ou obrigações legais, a menos que tal depósito seja legalmente compensável contra o passivo e a Companhia pretenda compensar tais valores.

r) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que, saída de recursos sejam requeridas para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando há a expectativa de que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

s) Remuneração baseada em ações

O plano de remuneração baseado em ações para executivos da Companhia é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes da determinação do valor justo estão descritos na nota explicativa nº 35.

O valor justo das opções de compra determinados na data da outorga de cada plano é registrado pelo método linear como despesa no resultado durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas sobre quais opções concedidas serão exercidas. Na data de encerramento de cada exercício, a Administração revisa as estimativas de expectativas de ações a serem exercidas.

t) Arrendamentos

Os contratos de arrendamento são classificados como leasing financeiros sempre que os termos do leasing transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para a Companhia e suas controladas.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

Os leasings financeiros são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

De acordo com o CPC 42/IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

As demonstrações contábeis de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período

u) Economia hiperinflacionária

De acordo com o CPC 42/IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

As demonstrações contábeis de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do exercício.

Como consequência do exposto acima, a Companhia aplicou a contabilidade de economia altamente inflacionária para a sua subsidiária na Argentina aplicando as regras da CPC 42/IAS 29.

8. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

A Cambuci adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com a política financeira aprovada pelo Conselho de Administração. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento.

(i) Risco de mercado

A Administração da Cambuci elabora uma análise de sensibilidade e de cenários adversos possível e remoto para cada tipo de risco de mercado a que está exposta e está apresentada na Nota 27.3.

As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às variações cambiais e de taxas de juros, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos.

Para os instrumentos financeiros que estão reconhecidos pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, em determinadas operações poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

a) Exposição a riscos cambiais

A política de gestão de risco de câmbio da Cambuci se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

A Cambuci administra sua exposição às taxas de câmbio através do acompanhamento da composição da dívida e das contas a receber em moeda estrangeira. A política financeira da Cambuci para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela sua Administração.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Cambuci está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da taxa de juros de longo prazo (“TJLP”) e da variação do certificado de depósito interbancário (“CDI diário”).

c) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Cambuci à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas a receber de clientes, para as quais a Companhia fica exposta ao risco de liquidez do cliente envolvido.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Cambuci tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de contas a receber de clientes encontra-se líquido de perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa. Em caso de eventual constatação de risco iminente de crédito nas contas a receber, a Administração da Companhia constitui perdas estimadas para trazê-las ao seu valor provável de realização.

d) Riscos de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A previsão de fluxo de caixa da Companhia é realizada pelo Departamento de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Cambuci por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Esses valores são calculados a partir de fluxos de caixa não descontados e podem não ser conciliados com os valores do balanço patrimonial.

	Consolidado			
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Circulante				
Fornecedores	16.737	-	-	16.737
Empréstimos e financiamentos	39.134	15.639	16.854	71.627
	55.871	15.639	16.854	88.365

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	8	15	47	55
Bancos conta movimento	1.977	8.252	3.955	8.998
Aplicações financeiras	2.100	1	2.286	1
	4.085	8.268	6.288	9.054

As aplicações financeiras são representadas substancialmente por certificados de depósitos bancários (“CDB”) e refletem as condições usuais de mercado, cujo vencimento é igual ou inferior a 90 dias possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros.

10. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber no Brasil	59.671	55.435	68.661	65.273
Contas a receber no Exterior	2.734	2.147	3.163	2.480
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(11.563)	(10.180)	(16.432)	(13.480)
	50.842	47.402	55.392	54.273
Ativo Circulante	47.411	43.898	51.913	50.754
Ativo Não Circulante	3.431	3.504	3.479	3.519
	50.842	47.402	55.392	54.273

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Títulos Vencidos - terceiros				
Até 30 dias	918	1.530	1.908	5.546
De 31 a 120 dias	344	1.976	382	1.973
De 121 a 180 dias	254	1.609	256	1.884
A partir de 181 dias	11.956	9.647	14.477	9.647
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(11.563)	(10.180)	(16.432)	(13.480)
Total dos títulos vencidos - terceiros	1.909	4.582	591	5.570
Títulos a vencer - terceiros	48.933	42.820	54.801	48.703
Total da carteira de clientes - terceiros	50.842	47.402	55.392	54.273

A movimentação do saldo de perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo da PECLD no início do exercício	(10.180)	(8.942)	(13.480)	(11.950)
Adição do exercício	(2.029)	(1.884)	(3.598)	(2.176)
Baixa de títulos considerados incobráveis	646	646	646	646
Saldo da PECLD no final do exercício	(11.563)	(10.180)	(16.432)	(13.480)

A metodologia utilizada pela Companhia para o reconhecimento de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) baseia-se na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a garantia real para os débitos e é composta pela somatória de 50% do montante dos títulos vencidos entre 120 e 179 dias; 95% do montante dos títulos vencidos há mais de 180 dias e; 100% dos títulos em cobrança judicial. A Administração da Companhia considera essa metodologia suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. A classificação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no resultado é

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

apresentada em despesa com vendas. Os títulos a receber com as empresas ligadas não estão considerados neste cálculo.

A variação da provisão de perdas no exercício se deve, principalmente, a clientes que se encontram em recuperação judicial.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tinha recebíveis oferecidos em garantia de empréstimos e financiamentos.

A Administração não identificou perdas além das constituídas, em função da COVID-19, até a data de emissão destas demonstrações financeiras.

11. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Produtos acabados	13.674	19.930	18.604	24.418
Importação em andamento	2.211	5.213	2.211	5.213
Produtos em elaboração	920	606	920	606
Matérias-primas	8.564	5.921	8.611	5.964
	25.369	31.670	30.346	36.201

Os gastos com importações em andamento estão relacionados, principalmente, às operações de aquisição de matéria-prima e produtos acabados da Companhia.

Os estoques estão segurados contra incêndio. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de riscos envolvidos.

A Companhia tem como política avaliar periodicamente o giro dos estoques, e para os itens de baixa rotatividade ou obsoletos, são constituídas provisões com perdas. A Administração não identificou perdas além das constituídas, em função da COVID-19, até a data de emissão destas demonstrações financeiras.

A classificação das perdas por obsolescência no resultado é apresentada em outras despesas operacionais. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo consolidado de estoque obsoleto é de R\$ 878 (R\$ 989 em 31 de dezembro de 2019), demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo da Provisão Obsolescência no início do exercício	(678)	(1.045)	(989)	(2.076)
Provisão do exercício	(124)	(445)	(124)	(679)
Reversão (Perdas) do exercício	59	812	235	1.766
Saldo da Provisão Obsolescência no final do exercício	(743)	(678)	(878)	(989)

12. PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém transações com partes relacionadas durante o curso normal de suas operações e atividades e considera que todas as condições estipuladas nos contratos pactuados atendem aos seus interesses.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

As transações entre a Controladora e as suas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.

	31/12/2020		Transações no resultado de Janeiro a Dezembro de 2020	
	Não Circulante	Não Circulante	Venda de Produtos	Compra de Mat.Primas, Produtos acabados e serviços
	Crédito com partes relacionadas	Débito com partes relacionadas		
Controladas				
Cambuci Importadora Ltda.	19.256	-	-	-
Cambuci Trust S/A	-	2.590	-	-
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	25.695	-	5.398	109
Latinline S/A	2.664	-	-	-
Penalty Chile S/A	8.422	-	-	-
Penalty Ibéria S.L	77	-	-	-
Penalty Argentina S/A	7.996	-	5.197	-
	64.110	2.590	10.595	109
	31/12/2019		Transações no resultado de Janeiro a Dezembro de 2019	
	Não Circulante	Não Circulante	Venda de Produtos	Compra de Mat.Primas, Produtos acabados e serviços
	Crédito com partes relacionadas	Débito com partes relacionadas		
Controladas				
Cambuci Importadora Ltda.	16.201	-	-	-
Cambuci Trust S/A	-	320	-	-
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	22.518	-	1.704	-
Latinline S/A	1.591	-	-	-
Penalty Chile S/A	6.120	-	-	-
Penalty Ibéria S.L	55	-	-	-
Penalty Argentina S/A	8.449	-	8.882	-
	54.934	320	10.586	-

As transações de vendas realizadas com as controladas referem-se a vendas de produtos para abastecimento dos mercados onde as mesmas estão sediadas.

Os saldos com as controladas, classificados em “Partes relacionadas”, no ativo não circulante, conforme quadro acima, são referentes a conta correntes operacionais entre as empresas do Grupo.

Todos os saldos e transações mantidos entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação.

No curso dos negócios da Companhia, os acionistas realizam operações comerciais e financeiras entre si. Todas as operações com partes relacionadas estão de acordo com os termos e condições que normalmente são praticados no mercado. Os saldos de mútuo com os acionistas em 31 de dezembro de 2020 (nota 24) correspondem a R\$ 1.733 (R\$ 1.596 em 31 de dezembro de 2019) e estão sujeitos a encargos financeiros e não há prazo de pagamento.

A Companhia está de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (“Lei das S.A.”), que proíbe diretores e conselheiros de: (i) realizar quaisquer atos de liberdade com a utilização de ativos da

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

Companhia e em detrimento desta; (ii) intervir em quaisquer operações em que tais diretores e conselheiros tenham interesse conflitante com o da Companhia ou nas deliberações de que participarem; e (iii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal de terceiros, direta ou indireta, sem autorização concedida pelo órgão competente.

(i) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia considerou como “pessoal-chave da administração” os membros dos conselhos de administração, conselho fiscal e os integrantes da sua diretoria. Em 31 de dezembro de 2020, o montante acumulado referente à remuneração do pessoal-chave da administração foi de R\$ 2.781 (R\$ 3.348 em 31 de dezembro de 2019).

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), a Companhia não possui programa de remuneração de benefícios de curto ou longo prazo a empregados ou administradores, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, exceto pela remuneração baseada em ações, conforme descrito na nota 35.

13. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS)	460	85	527	229
Imposto sobre produto industrializado (IPI)	330	72	363	87
Programa de Integração Social (PIS) (i)	8.991	-	8.991	13
Contribuição para Seguridade Social (COFINS) (i)	29.635	85	29.635	147
Imposto sobre valor agregado (IVA)	-	-	1.165	832
IRPJ	307	307	592	426
Contribuição Social	120	120	120	120
IR e CSLL diferidos	14.485	14.681	14.485	14.945
Outros	135	9	469	256
	54.463	15.359	56.347	17.055
Circulante	7.851	8.571	9.735	10.267
Não Circulante	46.612	6.788	46.612	6.788

- (i) Refere-se principalmente ao êxito em ação judicial transitado em julgado, que questionou a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS. A Companhia reconheceu o montante de R\$ 9.168 de PIS a recuperar e R\$ 40.122 de COFINS a recuperar, em contrapartida ao resultado, conforme nota explicativa 30 e 31. A Companhia tem expectativa de realização desses saldos nos próximos cinco anos contados dos trânsitos em julgado dos processos, levando em consideração suas projeções atuais. A Companhia submeteu os referidos créditos a procedimento administrativo de habilitação junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil e o processo foi deferido em 03 de dezembro de 2020.

13.1 Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, diferidos

Os impostos diferidos ativos e passivos foram reconhecidos sobre as diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa da Controlada, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais tributos diferidos possam ser utilizados. Os montantes são calculados com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente nas datas dos balanços.

As origens estão demonstradas a seguir:

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

	31/12/2020	
	IRPJ	CSLL
Perdas estimadas em ativos	2.106	2.106
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	5.691	5.691
Provisões para perdas em investimentos	330	330
Plano de opções de ações	1.218	1.218
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	33.257	33.257
Total do ativo fiscal diferido	42.602	42.602
Alíquota nominais	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.651	3.834

- (i) Os créditos estão suportados por estudos técnicos de viabilidade, os quais demonstram projeções de resultados futuros tributáveis, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em um período não superior a 10 anos. Os estudos técnicos de viabilidade foram submetidos à aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

As movimentações dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferido líquido, para o exercício findo em 31 de dezembro 2020 estão demonstradas a seguir:

	31/12/2020	
	IRPJ	CSLL
Saldos em 31 de dezembro de 2019	10.795	3.886
(+) Complemento conforme expectativa de realização	2.617	940
(-) Realização dos créditos fiscais diferidos ativos	(2.761)	(992)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	10.651	3.834

13.2 Realização do Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados à medida que estas sejam liquidadas ou realizadas. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é imprevisível e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Administração.

Na estimativa de realização dos créditos fiscais diferidos ativos, constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Administração considera seu plano orçamentário e estratégico, ajustados com base nas estimativas das principais adições e exclusões fiscais. Com base nesta estimativa a Administração acredita que é provável que os impostos diferidos sejam realizados, conforme demonstrado abaixo, entretanto, essa estimativa pode não se concretizar nos próximos exercícios, se as estimativas de lucro tributável futuro não se confirmarem.

Baseada nas projeções de resultados para os exercícios seguintes, estimamos o seguinte cronograma de recuperação dos créditos fiscais:

Período	Controladora
2021	1.287
2022	1.450
2023	1.509
2024	1.583
2025 em diante	8.656
	14.485

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

14. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Os saldos que compõem essa rubrica no ativo circulante e não circulante, correspondem a antecipações de recursos relacionados a contratos de patrocínios, prêmios de seguros e gastos com marketing.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Confederação e Federações	88	786	88	786
Seguros	504	382	504	382
Outras	-	-	-	134
	592	1.168	592	1.302
Circulante	284	950	284	1.084
Não Circulante	308	218	308	218

15. DEMAIS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Valor a receber de terceiros	-	-	3.492	2.708
Despachante aduaneiro	65	294	65	294
Alugueis a receber	906	905	906	905
PECLD	(402)	(97)	(402)	(97)
Ganho sentença ref. indenização contratual	2.857	-	2.857	-
Adiantamento fornecedor	891	283	891	285
Valor Fundap a liberar	(i) -	-	34.788	30.814
Saldos vinculados - Banco Santander e Daycoval	79	205	79	205
Outros	295	436	2.320	1.738
	4.691	2.026	44.996	36.852
Circulante	4.565	1.900	6.221	2.953
Não Circulante	126	126	38.775	33.899

(i) Trata-se de ação indenizatória contra o BANDES, oriundo de sentença proferida pelo TJ/ES, a qual não cabe rediscussão nos tribunais superiores.

16. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Em 30 de setembro de 2019, um imóvel da subsidiária Cambuci Trust S/A foi classificado para propriedade para investimento.

Inicialmente o valor foi transferido como propriedade para investimento a valor de custo, no montante de R\$ 25.988.

Imediatamente após sua transferência, a Companhia remensurou o imóvel ao valor justo e reconheceu um ganho de R\$ 25.212 em outros resultados abrangentes, demonstrada no Patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial (nota 26).

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mensurou o valor justo e registrou um ganho no resultado do exercício no valor de R\$ 2.635.

As técnicas de avaliação usadas na mensuração ao valor justo, foram com base em preços de mercado

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

atualizados, determinados por avaliadores externos e independentes. Os avaliadores utilizam preços observáveis no mercado, ajustados, se necessário, à natureza, à localização ou as condições do ativo específico.

17. INVESTIMENTOS

(a) Informações sobre as controladas

Investimento da controladora	Participação no capital total %	Lucro (prejuízo) do exercício		Controladora	
		31/12/2020		Patrimônio líquido	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Controladas					
Cambuci Importadora Ltda.	99,99	70	(243)	(10.877)	(10.935)
Era Sports Artigos Esportivos Ltda.	99,99	-	(472)	-	-
Impar Paraguay S/A	96,70	-	123	1.468	1.685
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	98,00	(819)	(274)	(18.962)	(18.143)
Latinline S/A	100,00	(327)	(524)	1.823	1.661
Penalty Argentina S/A	95,00	1.332	(4.613)	(426)	(1.535)
Penalty Chile S/A	100,00	(920)	(158)	(10.205)	(6.762)
Penalty Ibéria S.L	100,00	(288)	(5)	(77)	150
Cambuci Trust S/A	100,00	4.317	432	51.163	46.846
		3.365	(5.734)	13.907	12.967

(b) Em 31 de dezembro de 2020, a movimentação dos investimentos e da provisão para perda em investimentos, foram as seguintes:

Investimentos em controladas	31/12/2019	Equivalência patrimonial	Ajuste de conversão	Transferência entre contas	31/12/2020
Latinline S/A	1.661	(327)	489	-	1.823
Cambuci Trust S/A	46.846	4.317	-	-	51.163
Impar Paraguay S/A	1.685	-	(217)	-	1.468
Penalty Ibéria S.L	150	-	-	(150)	-
	50.342	3.990	272	(150)	54.454

Provisão para perdas em investimentos	31/12/2019	Equivalência patrimonial	Ajuste de conversão	Transferência entre contas	31/12/2020
Cambuci Importadora Ltda.	(10.935)	70	(12)	-	(10.877)
Penalty Argentina S/A	(1.535)	1.332	(223)	-	(426)
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	(18.143)	(819)	-	-	(18.962)
Penalty Chile S/A	(6.762)	(920)	(2.523)	-	(10.205)
Penalty Ibéria S.L	-	(288)	61	150	(77)
	(37.375)	(625)	(2.697)	150	(40.547)

A Companhia adota como prática constituir provisão para perda em controladas em valor correspondente a participação societária sobre o patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto), percentual este a sua obrigação perante ao déficit da Companhia. Essa provisão é classificada no passivo não circulante, na rubrica “Provisão para perda em controladas”, tendo como contrapartida a conta de “resultado de equivalência patrimonial”.

18. IMOBILIZADO

Os saldos do imobilizado estão demonstrados nos quadros abaixo:

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

							Controladora
Taxa de Depreciação		31/12/2020			31/12/2019		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terreno		31	-	31	145	-	145
Edificações	2 a 4 %	10.641	(6.756)	3.885	10.642	(6.579)	4.063
Maquinas e equipamentos	6,67%	35.958	(25.966)	9.992	35.130	(24.336)	10.794
Equipamentos de computação	25%	5.914	(5.327)	587	5.818	(4.993)	825
Instalações	10%	4.976	(1.765)	3.211	4.913	(1.283)	3.630
Móveis e utensílios	8,33%	9.613	(7.440)	2.173	10.999	(7.370)	3.629
Outros ativos imobilizados	10 a 25%	15.619	(13.171)	2.448	10.368	(7.684)	2.684
Imobilizado em andamento		20	-	20	9	-	9
		82.772	(60.425)	22.347	78.024	(52.245)	25.779
							Consolidado
Taxa de Depreciação		31/12/2020			31/12/2019		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terreno		571	-	571	685	-	685
Edificações	2 a 4 %	10.657	(6.760)	3.897	10.655	(6.581)	4.074
Maquinas e equipamentos	6,67%	36.287	(26.225)	10.062	35.361	(24.548)	10.813
Equipamentos de computação	25%	6.524	(5.806)	718	6.270	(5.400)	870
Instalações	10%	5.019	(1.779)	3.240	4.914	(1.283)	3.631
Móveis e utensílios	8,33%	12.406	(9.272)	3.134	12.274	(8.380)	3.894
Outros ativos imobilizados	10 a 25%	17.665	(13.187)	4.478	11.704	(7.684)	4.020
Imobilizado em andamento		20	(1)	19	42	-	42
		89.149	(63.030)	26.119	81.905	(53.876)	28.029

A movimentação do imobilizado está demonstrada no quadro abaixo:

					Controladora
	31/12/2019	Adição	Baixa	Depreciação	31/12/2020
Terreno	145	-	(114)	-	31
Edificações	4.063	-	(1)	(177)	3.885
Maquinas e equipamentos	10.794	832	(30)	(1.604)	9.992
Equipamentos de computação	825	144	(13)	(369)	587
Instalações	3.630	106	(29)	(496)	3.211
Móveis e utensílios	3.629	19	(753)	(722)	2.173
Outros ativos imobilizados	2.684	2.032	(527)	(1.741)	2.448
Imobilizado em andamento	9	11	-	-	20
	25.779	3.144	(1.467)	(5.109)	22.347

Consolidado							
	31/12/2019	Adição	Baixa	Depreciação	Variação cambial	Transfêrencia	31/12/2020
Terreno	685	-	(114)	-	-	-	571
Edificações	4.074	-	(1)	(179)	3	-	3.897
Maquinas e equipamentos	10.813	865	(6)	(1.611)	1	-	10.062
Equipamentos de computação	870	256	(21)	(398)	5	6	718
Instalações	3.631	135	(29)	(498)	1	-	3.240
Móveis e utensílios	3.894	967	(842)	(879)	-	(6)	3.134
Outros ativos imobilizados	4.020	2.554	(718)	(1.662)	284	-	4.478
Imobilizado em andamento	42	28	(51)	-	-	-	19
	28.029	4.805	(1.782)	(5.227)	294	-	26.119

18.1 Arrendamento mercantil financeiro

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo a pagar dessas operações totaliza R\$ 235 (R\$ 326 em 31 de dezembro de 2019), contemplado na rubrica “Empréstimos e Financiamentos”, referente a compra de equipamentos de informática, alocados nas respectivas contas dentro do Ativo Imobilizado.

18.2 Revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação:

	Vida útil dos ativos imobilizados	
	31/12/2020	31/12/2019
Edificações	25 a 60 anos	25 a 60 anos
Máquinas e equipamentos	10 a 15 anos	10 a 15 anos
Equipamentos de computação	4 anos	4 anos
Instalações	10 anos	10 anos
Móveis e utensílios	12 anos	12 anos
Outros ativos imobilizados	4 a 10 anos	4 a 10 anos

As máquinas e equipamentos industriais foram avaliadas por um prazo médio de vida útil entre 10 e 15 anos, refletindo o uso contínuo desses equipamentos. Esse prazo foi definido levando em consideração as manutenções preventivas e corretivas praticadas no decorrer da vida útil dos ativos no processo produtivo e constante substituição de peças de reposição pelo avanço tecnológico e aumento na produção.

18.3 Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Periodicamente, a Companhia efetua avaliação de seus ativos, através do setor de engenharia do produto, o qual avalia aquisição de novas tecnologias, possíveis descartes de equipamentos, manutenção e reposição de peças sempre que necessário ou que possam representar ganho de produtividade.

O critério definido como indicativo de valor recuperável (*impairment*), pela Administração, é o resultado global de suas plantas industriais, consideradas como o menor grupo identificável de unidade geradora de caixa. E como resultado desta análise, de acordo com o pronunciamento técnico CPC – 01 (R1) – Recuperação ao valor recuperável dos ativos, não foi constatada a necessidade de provisão para desvalorização por “*impairment*” sobre esses saldos.

19. INTANGÍVEL

Os saldos do intangível estão demonstrados nos quadros abaixo:

	Controladora				31/12/2019			
	31/12/2020				31/12/2019			
	Taxa de Amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
Marcas e patentes	10%	2.805	(2.113)	692	2.613	(2.113)	500	
Direito de uso software (i)	20%	8.373	(7.531)	842	8.293	(7.254)	1.039	
Direito de utilização de imóveis	20%	22	(15)	7	796	(108)	688	
		11.200	(9.659)	1.541	11.702	(9.475)	2.227	

	Consolidado				31/12/2019			
	31/12/2020				31/12/2019			
	Taxa de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
Marcas e patentes	10%	2.804	(2.112)	692	2.612	(2.112)	500	
Direito de uso software	20%	8.868	(7.799)	1.069	8.499	(7.453)	1.046	
Intangível em andamento	-	-	-	-	203	-	203	
Direito de utilização de imóveis	20%	1.282	(595)	687	2.348	(604)	1.744	
		12.954	(10.506)	2.448	13.662	(10.169)	3.493	

(i) Refere-se aos gastos incorridos na aquisição, no desenvolvimento e na implementação de sistemas de gestão empresarial que estão sendo utilizados pela Companhia. São representados substancialmente pelos sistemas Totvs-EMS e LINX. Os gastos estão sendo amortizados linearmente

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

de acordo com o prazo de benefício futuro estimado pela Administração da Companhia, sendo de cinco anos para o sistema de gestão Totvs-EMS.

A amortização de marcas e patentes é alocada aos custos dos estoques e incluídos no ‘Custo das vendas’, na medida em que os estoques são vendidos.

A movimentação do ativo intangível está demonstrada no quadro abaixo:

	Controladora					
	31/12/2019	Adição	Baixa	Amortização	31/12/2020	
Marcas e patentes	500	192	-	-	692	
Direito de uso software	1.039	83	(1)	(279)	842	
Direito de utilização de imóveis	688	1	(643)	(39)	7	
	2.227	276	(644)	(318)	1.541	

Consolidado						
	31/12/2019	Adição	Baixa	Amortização	Transfêrência	31/12/2020
Marcas e patentes	500	193	-	-	-	692
Direito de uso software	1.046	117	(1)	(293)	203	1.069
Intangível em andamento	203	-	-	-	(203)	-
Direito de utilização de imóveis	1.744	354	(998)	(413)	-	687
	3.493	664	(999)	(706)	-	2.448

20. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores nacionais	15.400	7.840	16.065	8.516
Fornecedores exterior	89	-	672	3.142
	15.489	7.840	16.737	11.658

21. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Encargos Financeiros Médios					
Em moeda corrente - R\$					
Desconto de duplicatas	0,87 a 0,90% a.m	21.143	34.231	21.143	34.231
Conta garantida - recebíveis	0,48 % a.m	25.108	36.005	25.108	36.005
Capital de giro - CDI	CDI + 0,31 % a 1,15% a.m.	14.977	3.266	14.977	3.266
Capital de giro	0,37% a.m	5.011	-	5.011	-
Desenbahia - BNDES	TJLP	4.293	4.655	4.293	4.655
FINAME/FINEP	CDI + 0,60% a 1,18% a.m	-	131	-	131
Leasing	1% a.m.	197	326	197	326
		70.729	78.614	70.729	78.614
Em moeda estrangeira - US\$					
Capital de giro	(principal e juros reais - Moeda local)	-	-	898	519
		-	-	898	519
		70.729	78.614	71.627	79.133
Passivo circulante		38.917	49.311	39.134	49.490
Passivo não circulante		31.812	29.303	32.493	29.643

Detalhamento das operações de financiamentos

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

Em 31 de dezembro de 2020, o detalhamento das operações de financiamentos referentes à captação de recursos para capital de giro, investimentos e renegociações de dívidas está assim demonstrado por modalidade:

	Cambuci	Penalty Argentina	Penalty Chile	Total
Em moeda corrente - R\$				
Desconto de duplicatas	21.143	-	-	21.143
Conta garantida - recebíveis	25.108	-	-	25.108
Capital de giro - CDI	14.977	-	-	14.977
Capital de giro	5.011	-	-	5.011
Desenbahia - BNDES (a)	4.293	-	-	4.293
FINAME/FINEP	-	-	-	-
Leasing	197	-	-	197
	70.729	-	-	70.729
Em moeda estrangeira - US\$				
Capital de giro	-	30	868	898
	-	30	868	898
	70.729	30	868	71.627

Termo e cronograma de amortização da dívida:

O montante dos financiamentos com vencimento a curto e longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31/12/2020	31/12/2019
2020	-	49.490
2021	39.134	8.813
2022	15.638	20.830
2023 em diante	16.855	-
	71.627	79.133

A Companhia possui junto ao mercado financeiro linhas de créditos disponíveis para o capital de giro.

Garantia:

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui ativos oferecidos como garantia para obtenção de empréstimos e financiamentos. A Administração da Companhia não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos, processos judiciais ou vendê-los a outra companhia. Informamos os valores do ativo imobilizado que estão dados em garantia para as operações de empréstimos:

- Terreno/edificações/máquinas/equipamentos/instalações: R\$ 16.133 com Desenbahia.
- Terreno/edificações: R\$ 30.000 com capital de giro.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

22. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
FGTS	562	299	587	299
INSS	3.512	549	3.800	549
IRRF	159	195	182	195
Outros encargos	27	22	331	263
Pensão Alimentícia	3	3	3	3
Férias	1	26	1	26
Provisão de férias e encargos	2.832	2.970	2.926	2.970
Salários	2.480	994	2.545	994
	9.576	5.058	10.375	5.300

23. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e contribuições				
ICMS	452	351	557	351
PIS	172	-	206	12
COFINS	1.045	-	1.201	52
IR S/Lucro	-	-	140	48
CSLL S/Lucro	-	-	59	17
IR/CSLL s/ajuste avaliação patrimonial	-	-	5.855	5.571
Outros	138	273	1.608	907
	1.807	624	9.626	6.958
Tributos parcelados				
PPI do ICMS	-	-	24.147	23.563
Parcelamento ordinário - PIS / COFINS (i)	875	1.320	875	1.320
Parcelamento ordinário - CONTRIB.PREV (i)	625	944	625	944
Parcelamento ordinário - IPI / IRRF / CSRF (i)	117	176	117	176
Parcelamento ordinário de INSS (i)	1.482	2.245	1.482	2.245
Parcelamento IPTU	108	110	108	110
Parcelamento FGTS	584	731	584	731
	3.791	5.526	27.938	29.089
	5.598	6.150	37.564	36.047
Passivo circulante	3.958	2.598	10.749	6.935
Passivo não circulante	1.640	3.552	26.815	29.112

- (i) A Companhia parcelou os débitos vencidos após 30 de abril de 2017, que não foram contemplados no PERT na Secretaria da Receita Federal do Brasil, em 60 parcelas mensais e sucessivas.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

24. DEMAIS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamento de clientes	999	293	1.099	301
Qualidade cliente	293	259	297	264
Aluguéis a pagar	7	710	692	1.760
Frete a pagar	923	882	923	882
Provisão de Frete	472	163	472	163
Galacross do Brasil Ltda	3.361	3.386	3.361	3.386
Mutuo Pessoa Física	1.733	1.596	1.733	1.596
Comissões a pagar	296	219	296	219
Representantes	4.966	-	4.966	-
Provisões de despesas diversas	3.143	3.130	3.143	3.130
Agenciamento de créditos financeiros (i)	21.740	19.311	21.740	19.311
Outros	2.165	663	3.809	1.419
	40.098	30.612	42.531	32.431
Circulante	31.495	23.963	32.745	24.584
Não Circulante	8.603	6.649	9.786	7.847

(i) Agenciamento e intermediação na repactuação de dívidas financeiras

25. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Natureza	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020			31/12/2019		
	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida
Trabalhistas	2.517	(870)	1.647	1.396	(1.241)	155
Fiscais	2.998	-	2.998	2.998	-	2.998
Cíveis	176	-	176	245	-	245
	5.691	(870)	4.821	4.639	(1.241)	3.398

Natureza	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020			31/12/2019		
	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida
Trabalhistas	2.517	(870)	1.647	1.396	(1.241)	155
Fiscais	3.052	(53)	2.999	3.051	-	3.051
Cíveis	176	-	176	245	-	245
	5.745	(923)	4.822	4.692	(1.241)	3.451

A provisão para contingência foi constituída no montante estimado para todas aquelas ações que, segundo a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, estão classificadas como perda provável.

A movimentação da provisão está assim demonstrada:

	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	1.396	2.998	245	4.639
(+) Complemento de provisão	1.862	-	176	2.038
(-) Reversão	(741)	-	(245)	(986)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	2.517	2.998	176	5.691

A Administração da Companhia, junto aos seus assessores jurídicos externos, estima que o desembolso desses recursos possa ocorrer, substancialmente, entre 2022 e 2023.

Contingências perdas possíveis

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais e administrativas decorrentes do curso normal de suas atividades, de naturezas cíveis, trabalhista e tributária, envolvendo riscos de perda classificados pelos assessores jurídicos externos da Companhia como possíveis. As ações com riscos de perda classificados como prováveis são provisionadas e estão apresentadas nesta nota.

Os assessores jurídicos externos da Companhia não conseguem estimar o prazo de conclusão desses processos. Adicionalmente, a Administração entende não ser possível estimar o montante de desembolso para fazer face de um eventual desfecho desfavorável à Companhia.

A Companhia não espera qualquer reembolso em conexão com o resultado desses processos. O montante dos processos, cujos riscos foram avaliados como possível, corresponde a R\$ 56.937 (R\$ 51.972 em 31.12.2019), dentre os quais destacamos:

- (i) Ações cíveis, no montante de R\$ 8.743, com grande parte pleiteando danos morais e materiais.
- (ii) Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho por suposto descumprimento de medidas relacionadas à saúde e segurança do trabalho nas unidades fabris da Bahia. Os assessores jurídicos internos e externos da Companhia estimam uma perda possível de R\$ 1.565.
- (iii) Autos de infração movidos pela Receita Estadual dos Estados da Bahia e Paraíba para cobrança de ICMS, proveniente da glosa de diversos créditos tributários, no montante de R\$ 22.731. A Administração acredita que possui bons argumentos de defesa para contrapor os autos movidos pela Receita Estadual.
- (iv) Autos de infração movidos pela Receita Federal do Brasil, destinados à cobrança de débitos de IR, CSLL, operações de crédito e outros, no valor de R\$ 19.724. Os assessores jurídicos da Companhia acreditam que possuem bons argumentos para contrapor os autos

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

26.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 45.701, representado por 42.100.080 ações, sendo todas ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A Companhia não possui ações ordinárias potenciais. Essas ações poderiam existir através de instrumento financeiro ou outro contrato que dá ao seu titular o direito a ações ordinárias.

Em 28 de junho de 2019, foi aprovado a homologação parcial do Aumento de Capital, dentro do limite do capital autorizado, efetivamente realizado no valor de 9.903.029,76 (nove milhões, novecentos e três mil, vinte e nove reais e setenta e seis centavos), mediante a emissão de 120.431 (cento e vinte mil, quatrocentos e trinta e uma) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal e 222.353 (duzentas e vinte e duas mil, trezentas e cinquenta e três) ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em decorrência do aumento de capital ora homologado, o capital social da Companhia passou de R\$ 35.635.955,43 (trinta e cinco milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e três centavos), dividido em 1.308.726 (um milhão, trezentos e oito mil, setecentos e vinte e seis) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal e 2.546.498 (dois milhões, quinhentos e quarenta e seis

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

mil, quatrocentos e noventa e oito) ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal para R\$ 45.538.985,19 (quarenta e cinco milhões, quinhentos e trinta e oito mil, novecentos e oitenta e cinco reais e dezenove centavos), dividido em 1.429.157 (um milhão, quatrocentos e vinte e nove mil, cento e cinquenta e sete) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal e 2.768.851 (dois milhões, setecentos e sessenta e oito mil e oitocentos e cinquenta e uma) ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal. Ficam canceladas as 11.814 (onze mil, oitocentos e quatorze) ações preferenciais que não foram alienadas no âmbito do Leilão especial de venda e 165 ações preferencias.

Em 15 de agosto de 2019, foi aprovada em assembleia geral extraordinária, o desdobramento das ações ordinárias e preferenciais representativas do capital social da Companhia, de forma que cada ação passou a ser representada por 10 (dez) ações de mesma espécie e com os mesmos direitos da ação desdobrada. O preço de cada ação negociada na B3 foi ajustado, a partir desta data, na mesma proporção do desdobramento.

Em Assembleia Especial de Acionistas Titulares de Ações Preferenciais (AGESP) realizada no dia 13 de novembro de 2019, a Companhia realizou a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias. Foram convertidas 27.688.510 ações preferenciais em ações ordinárias. A partir de 23 de dezembro de 2019, a Companhia passou a contar somente com ações ordinárias.

Em 15 de julho de 2020, foi aprovado o aumento de capital social, mediante a emissão de ações ordinárias, em decorrência do exercício de opções de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de opção de compra de ações da Companhia, no valor de R\$ 162, mediante a emissão de ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição dos demais acionistas.

26.2 Reservas de capital

26.2.1 Reserva de plano de opções de ações

Com a implementação dos planos baseados em ações, a Companhia constituiu a Reserva de opções de ações outorgadas, conforme descrito na nota 35.

26.3 Reserva de lucros

26.3.1 – Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social.

26.3.2 Reserva de incentivos fiscais

A partir de 1º de janeiro de 2008, os incentivos fiscais passaram a ser registrados diretamente no resultado, sendo posteriormente, quando do encerramento das demonstrações financeiras, constituídos como “Reserva de incentivos fiscais”.

26.4 Ajuste de Avaliação Patrimonial

Valor referente a diferença entre o valor contábil da propriedade para investimento e seu valor justo, conforme nota 16.

26.5 Outros Resultados abrangentes

Corresponde aos efeitos de conversão da moeda funcional para a moeda de balanço apurados sobre os investimentos societários mantidos no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

26.6 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado do exercício ajustado, atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pelo número médio ponderado dessas ações em poder dos acionistas, excluindo aquelas mantidas em tesouraria e respeitando as regras de distribuição de dividendos previstas no Estatuto Social da Companhia.

O resultado diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado do exercício ajustado, atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pelo número médio ponderado dessas ações em poder dos acionistas, respeitando as regras de distribuição de dividendos previstas no Estatuto Social da Companhia.

O número médio ponderado dessas ações é calculado a partir do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no início do exercício, ajustado pelo número de ações, quando aplicável, readquiridas ou emitidas durante o exercício multiplicado por um fator ponderador de tempo.

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33, a tabela a seguir reconcilia o resultado do exercício ajustado aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

	Janeiro a dezembro de 2020	
	Ações Ordinárias	Total
Resultado atribuível aos acionistas	22.027	22.027
Média ponderada das ações em circulação durante o exercício	42.100	42.100
Resultado por ação básico e diluído (lote de mil) - R\$	0,523207	0,523207

	Janeiro a dezembro de 2019	
	Ações Ordinárias	Total
Resultado atribuível aos acionistas	20.212	20.212
Média ponderada das ações em circulação durante o exercício	41.980	41.980
Resultado por ação básico e diluído (lote de mil) - R\$	0,481467	0,481467

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações preferenciais e ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações preferenciais e ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não apresenta ações potenciais que provocam diluição.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	Classificação por categoria	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixas e bancos	Custo Amortizado	1.985	8.267	4.002	9.053
		1.985	8.267	4.002	9.053
Aplicações financeiras					
Aplicação mantida até o vencimento	Custo Amortizado	2.100	1	2.286	1
		2.100	1	2.286	1
Contas a receber clientes	Custo Amortizado	50.842	47.402	55.392	54.273
		50.842	47.402	55.392	54.273
Partes relacionadas					
Ativos	Custo Amortizado	64.110	54.934	-	-
Passivos	Custo Amortizado	(2.590)	(320)	-	-
		61.520	54.614	-	-
Fornecedores	Custo Amortizado	15.489	7.840	16.737	11.658
		15.489	7.840	16.737	11.658
Empréstimos e financiamentos					
Moeda estrangeira	Custo Amortizado	-	-	898	519
Moeda Nacional	Custo Amortizado	70.729	78.614	70.729	78.614
		70.729	78.614	71.627	79.133

A tabela acima apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros, sendo o valor justo uma aproximação razoável do valor contábil.

27.1 Valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é estimado como o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- (i) contas a receber de clientes, fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- (ii) o valor justo de partes relacionadas ao final de cada período é igual ao valor contábil.
- (iii) o valor justo dos financiamentos é uma aproximação razoável do valor contábil.

27.2 Hierarquia do valor justo

Técnicas de avaliação e dados (*inputs*) significativos não observáveis

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não mantinha operações de instrumentos financeiros cujas mensurações dependeriam da hierarquia de valor justo. Entretanto, caso houvesse essas operações, a Companhia aplicaria o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial e divulgaria as mensurações dependendo do nível da hierarquia de valor justo, que são:

Nível 1 – valor justo obtido através de preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, como, por exemplo, a bolsa de valores; e

Nível 2 – valor justo obtido por modelos de fluxo de caixa descontado, quando o instrumento é uma compra ou venda a termo ou contrato de *swap* ou por modelos de avaliação de contratos de opções. Não é prática da Companhia fazer operações com derivativos.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

Nível 3 – premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

27.3 Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência das taxas de câmbio, taxas de juros e outras variáveis. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos a essas variáveis estão apresentadas a seguir.

Em 31 de dezembro de 2020, os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia incluem contas de depósitos bancários, contas a receber e financiamentos, que tem seus valores apresentados nos registros contábeis próximos aos de mercado.

(i) Seleção dos riscos

Os principais riscos que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia são:

- a taxa de câmbio dólar-real
- indexadores de mercado (CDI / INPC / IPCA / TJLP / TR)

Para efeito da análise de sensibilidade a riscos, a Cambuci apresenta as exposições a moedas como se fossem independentes, ou seja, sem refletir na exposição a uma taxa de câmbio os riscos de variação de outras taxas de câmbio que poderiam ser indiretamente influenciadas por ela.

Não faz parte da estratégia da Companhia e suas controladas, efetuarem transações envolvendo derivativos com propósitos especulativos.

A Companhia ainda apresenta, em 31 de dezembro de 2020, valores referentes a alguns empréstimos e financiamentos, que por estarem renegociados não podem ser comparados aos valores de mercado.

(ii) Seleção dos cenários

Nos termos contidos no CPC 40 (R1) / IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: evidenciação, a Companhia inclui na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Na elaboração dos cenários adversos, a Administração considerou apenas o impacto das variáveis sobre os instrumentos financeiros. Dado que a Cambuci administra sua exposição cambial em base líquida.

Foi considerada uma alta para a taxa de câmbio dólar-real de 25% para o cenário adverso possível e 50% para o cenário extremo, em relação à nossa projeção do dólar médio do exercício.

(iii) Sensibilidade

A sensibilidade dos empréstimos e financiamentos expostos à variação das taxas de mercado, é apresentada na tabela abaixo com as variações do valor dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

	R\$	Cenário provável	Cenário adverso possível (a)		Cenário adverso remoto (b)	
		Taxa (média/ano)	Taxa (+25%)	Perda	Taxa (+50%)	Perda
CDI	19.988	2,9987%	3,7484%	150	4,4981%	300
TJLP	4.293	4,9226%	6,1532%	53	7,3839%	106
Peso Argentina	30	0,0619	0,0774	-	0,0928	1
Peso Chileno	868	0,0073	0,0092	2	0,0110	3
Fornecedor	672	5,1700	6,4625	869	7,7550	1.738
Clientes	3.163	5,1700	6,4625	(4.088)	7,7550	(8.176)
	29.014			(3.014)		(6.028)

(a) O cenário adverso possível é representado por uma desvalorização do real em relação aos empréstimos em moeda estrangeira de 25% e também um aumento nas taxas dos indexadores CDI, INPC, IPCA, TJLP, TR, Dólar e outras moedas estrangeiras de 25% em relação às taxas do cenário provável.

(b) O cenário adverso remoto é representado por uma desvalorização do real em relação aos empréstimos em moeda estrangeira de 50% e também um aumento nas taxas dos indexadores CDI, INPC, IPCA, TJLP, TR, Dólar e outras moedas estrangeiras de 50% em relação às taxas do cenário provável.

27.4 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

Contas a receber

Praticamente todos os clientes da Companhia não possuem classificação de risco concedida por agências avaliadoras. Por essa razão, a Companhia desenvolveu um sistema próprio que gera a classificação de risco para a totalidade dos títulos a receber de clientes nacionais e parte dos títulos de clientes no exterior. Em 31 de dezembro de 2020, a metodologia de classificação do risco não sofreu alteração em relação a 31 de dezembro de 2019.

28. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas brutas de vendas				
Brasil	157.800	223.446	143.507	214.480
Exterior	7.006	12.205	10.595	10.586
Latinline	-	-	234	189
Impar Sports	-	-	7.917	802
Penalty Argentina	-	-	19.573	28.556
	164.806	235.652	181.826	254.612
Deduções de Venda				
Tributos	(16.740)	(27.699)	(18.373)	(29.154)
Devoluções de vendas e outros	(6.131)	(5.607)	(6.954)	(5.622)
	(22.871)	(33.306)	(25.327)	(34.776)
Receita líquida de vendas	141.935	202.345	156.499	219.836

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, com as respectivas alíquotas básicas:

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 18,00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS – Programa de Integração Social	1,65%
INSS – Contribuição para Seguridade Social (i)	1,00%

(i) Vigente a partir de 1º de dezembro de 2011 de acordo com o art. 8º da Lei nº 12.546 de 14/12/2011 que substituiu a contribuição de INSS a cargo da empresa de vinte por cento sobre o total das remunerações pagas ou creditadas aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais que lhe prestem serviços. Até julho de 2012 a alíquota foi de 1,50%, a partir de 1º de agosto de 2012 passou a ser de 1,00% do faturamento, conforme a MP nº 563 de 03/04/2012 e Lei nº 12.715 de 17/09/12. Em função das alterações promovidas pela referida lei, a Companhia entende que o INSS passou a ser um tributo sobre vendas e, consequentemente, para fins de divulgação das Informações contábeis, a receita de vendas está apresentada líquida desse tributo.

29. INCENTIVOS FISCAIS – SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTOS

A Companhia goza de subvenções de investimentos, concedidas pelos governos estaduais em que as principais fábricas estão localizadas, as quais expiram entre 2020 e 2036.

A Companhia assinou em conjunto com o estado da Bahia, protocolo de Intenções para prorrogação dos seus incentivos fiscais a partir de janeiro de 2021, onde investirá ao longo de 15 anos R\$ 43,7 milhões em ampliação e modernização das suas unidades fabris localizadas nos municípios de Itabuna e Itajuípe.

A partir de 1º de janeiro de 2008, com a promulgação da Lei nº 11.638/07, o referido benefício passou a ser reconhecido no resultado, constituindo, quando do encerramento das demonstrações financeiras, uma reserva de lucros no patrimônio líquido, conforme as disposições das novas práticas contábeis adotadas no Brasil.

O valor dessa subvenção para investimentos, registrado em 31 de dezembro de 2020 e 2019, está demonstrado no quadro abaixo:

		Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019
Subvenção do ICMS:			
Paraíba	(a)	2.737	5.155
Bahia	(b)	8.878	12.722
		11.615	17.877

a) Valores referentes à subvenção para investimentos no Estado da Paraíba, usufruída na forma de apuração de crédito presumido de ICMS, apurados pela fábrica de Bayeux. Os montantes envolvidos representam as parcelas não recolhidas de ICMS e, portanto, de destino comprometido conforme pactuado com o governo estadual. A Companhia está adimplente com o acordo estabelecido, que consiste em ampliar a unidade fabril naquela região, incrementar a produção e gerar empregos diretos na fábrica paraibana.

b) Valores referentes à subvenção para investimentos no Estado da Bahia, usufruída na forma de apuração de crédito presumido de ICMS, apurados pelas fábricas de Itajuípe e Itabuna. Os montantes envolvidos representam as parcelas não recolhidas de ICMS e, portanto, de destino comprometido conforme pactuado com o governo estadual. A Companhia está adimplente com o acordo

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

estabelecido, que consiste em ampliar as unidades fabris naquela região, incrementar a produção e gerar empregos diretos nas fábricas baianas.

Em 31 de dezembro de 2020 não existiam parcelas de incentivos a serem reconhecidas contabilmente, decorrentes de obrigações estabelecidas pelo programa de incentivo, a serem cumpridas pela Companhia. As parcelas do incentivo fiscal são registradas a crédito na rubrica Incentivos Fiscais Adeq. Lei nº 11.638 na demonstração do resultado.

30. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas estavam representadas por:

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		Exercício findo em		Exercício findo em	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Crédito Fiscal	(i)	24.194	5.274	24.194	5.274
Credito de PIS e COFINS		1.874	2.606	1.874	2.606
Recuperação de créditos baixados		297	438	297	438
Venda de Ativo Permanente		1.298	353	1.298	353
Venda de matéria-prima		238	420	238	420
Ganho indenização contratual		2.697	-	2.697	-
Valor justo propriedade p/investimento		-	-	2.635	-
Ganho com liquidação do PEP ICMS		-	11.970	-	11.970
Outras Receitas		133	458	945	473
Receita de Aluguéis		-	1.840	2.306	2.363
Total de Receitas não operacionais		30.731	23.359	36.484	23.897
Auto Infração - ICMS		(70)	(485)	(70)	(485)
Baixa de bens de ativo permanente		(1.450)	(337)	(1.450)	(337)
Honorários advocatícios sobre contingências		(2.464)	-	(2.464)	-
Custos s/venda de matéria-prima		(196)	(684)	(196)	(684)
Impostos s/ vendas de matéria-prima		(42)	(87)	(42)	(87)
Ociosidade		(11.716)	(2.030)	(11.716)	(2.030)
Outras despesas		(2.620)	(1.311)	(4.985)	(2.326)
Representantes		(5.110)	-	(5.110)	-
Confederações		-	(2.815)	-	(2.815)
Reclamações Trabalhistas		(3.204)	(979)	(3.204)	(979)
Total de Despesas não operacionais		(26.872)	(8.728)	(29.237)	(9.743)
Total líquido de Receita/Despesas operacionais		3.859	14.631	7.247	14.154

- (i) Refere-se principalmente ao êxito em ação judicial que questionou a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS no montante de R\$ 23.184.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

31. RECEITAS FINANCEIRAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	10	1	24	1
Variação cambial	7.787	4.616	4.412	688
Juros recebidos	1.017	973	1.017	973
Atualização Fundap	-	-	3.974	4.580
Atualização de créditos tributários (i)	26.489	-	26.489	-
Efeito da Aplicação do CPC 42/IAS 29	-	-	619	-
Outras Receitas	-	-	-	99
	<u>35.303</u>	<u>5.590</u>	<u>36.535</u>	<u>6.341</u>
Despesas financeiras				
Comissão e Despesa Bancárias	(1.249)	(1.300)	(1.428)	(1.499)
Juros s/ empréstimos e financiamentos	(9.498)	(16.704)	(8.601)	(20.649)
Pis/Cofins s/Receitas Financeiras	(1.310)	(71)	(1.310)	(71)
Variação cambial	(3.085)	(3.751)	(3.085)	(3.751)
Juros sobre fornecedores e impostos	(2.541)	(685)	(6.508)	(5.067)
Juros mutuo acionista	(101)	(707)	(101)	(707)
Descontos financeiros	(1)	(46)	(28)	(46)
Efeito da Aplicação do CPC 42/IAS 29	-	-	-	(45)
Outras despesas	(46)	(10)	(46)	(10)
	<u>(17.831)</u>	<u>(23.274)</u>	<u>(21.107)</u>	<u>(31.845)</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>17.472</u></u>	<u><u>(17.684)</u></u>	<u><u>15.428</u></u>	<u><u>(25.504)</u></u>

- (i) Refere-se principalmente a atualização monetária do trânsito em julgado da ação judicial que questionou a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

32. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das despesas com base na sua função. As informações das despesas por natureza são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custo dos produtos vendidos				
Materia prima	50.535	64.032	51.801	67.181
Mão de obra direta	15.522	25.919	15.522	25.919
Gastos gerais de fabricação	13.244	22.227	13.244	22.227
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	-	-	1.186	2.601
Depreciação e Amortização	4.319	4.480	4.319	5.052
	83.620	116.658	86.072	122.981
Despesas com vendas				
Clubes	601	1.013	601	1.013
Comissões	7.821	10.334	8.288	10.850
Marketing e TradeMarketing	5.699	9.626	6.359	10.398
Frete	4.893	6.018	5.782	7.324
Despesas com pessoal	3.411	6.578	5.903	7.163
Despesas com tecnologia da informação	147	123	448	123
Consultorias	100	58	100	58
Serviços com Terceiros	3.076	2.184	3.218	2.194
Depreciação e amortização	284	1.018	764	1.018
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	-	-	318	668
Outros	3.968	4.440	5.408	6.125
	30.000	41.392	37.189	46.934
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal	10.348	10.264	11.479	11.484
Serviços com Terceiros	6.019	5.163	6.223	5.327
Despesas com tecnologia da informação	789	1.056	789	1.056
Consultorias	334	521	334	521
Depreciação e Amortização	824	1.063	850	1.084
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	-	-	378	383
Outros	3.930	4.726	4.574	6.276
	22.244	22.793	24.627	26.131

33. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social, considerando que a Controladora adotou o regime tributário com base no lucro real por período de apurações trimestrais, está demonstrada abaixo:

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes da tributação	30.767	12.796	33.328	12.440
IR e CSLL à taxa nominal combinada de 34%	10.461	4.351	10.461	4.416
Ajustes para demonstração da taxa efetiva				
Equivalência patrimonial	(679)	2.111	(679)	2.111
Subvenção para incentivos	4.103	(6.312)	4.103	(6.312)
PAT	(63)	-	(63)	-
Compensação de Prejuízos Fiscais	(3.746)	51	(3.746)	51
Provisões	(8)	(372)	(8)	(372)
Outros	(1.523)	-	(1.523)	-
Apuração lucro presumido	-	-	249	41
Despesa com imposto de renda e contribuição social	8.545	-	8.794	(65)
Taxa efetiva	27,77%	0,00%	26,39%	-0,52%

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de imposto e renda e contribuição social, estavam representadas por:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	8.545	-	8.794	(65)
Diferido	195	7.497	482	7.836
	8.740	7.497	9.276	7.771

34. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 08 - Informações por Segmento requer que os segmentos operacionais definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estejam disponíveis, sejam reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos e revisados de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos.

O principal tomador de decisões operacionais responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho da Companhia é representado pelo Diretor Presidente.

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de calçados, bolas, meias, confecções e acessórios em geral, a Companhia está organizada em uma única unidade geradora de caixa e, portanto, em somente um segmento passível de reporte. As políticas contábeis de cada segmento são as mesmas aplicadas na elaboração das Informações trimestrais da Companhia.

Os produtos da Companhia estão representados por duas marcas (Penalty e Stadium), e embora sejam comercializados através de diferentes canais de distribuição (lojas próprias e lojas multimarcas) não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

Embora a Companhia possua uma estrutura de gestão matricial, em que as receitas de vendas são analisadas pelo principal tomador de decisões em diversos níveis, os produtos produzidos e comercializados pela Companhia e suas controladas são divididos entre diversos produtos, tais como: calçados, artigos esportivos e vestuário em geral. Tendo em vista que todas as decisões tomadas em base de relatórios consolidados, que todos os serviços são prestados utilizando-se sistema de

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

fabricação similar, e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

Como mencionado anteriormente, as operações são geridas de forma consolidada e inclui a seguinte segmentação geográfica:

(a) operações nacionais: desempenho da Companhia e de suas controladas no Brasil; e

(b) operações internacionais: desempenho das controladas na Argentina e Uruguai.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a receita bruta de vendas consolidada por segmento geográfico está representada da seguinte forma:

- Operações nacionais: 78,9%.
- Operações internacionais: 21,1%.

As informações de vendas brutas no mercado interno e externo, por segmento geográfico, apresentadas no quadro abaixo, foram elaboradas a partir do país de origem da receita, tendo por base as vendas realizadas pelas suas controladas no Brasil e por meio das subsidiárias no exterior.

Vendas brutas – mercado interno e externo

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Brasil	143.507	223.446
Argentina	19.573	28.556
Outros	18.746	2.611
Total	181.826	254.613

35. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS – PLANO DE OPÇÕES

Em 29 de novembro de 2012, através de Assembleia Geral Extraordinária, o Conselho de Administração, no âmbito de suas funções, aprovou o plano de opções de compra de ações para os membros da administração, empregados em posição de comando e gerência e prestadores de serviços da Companhia ou de suas controladas diretas ou indiretas relevantes.

O número total de ações objeto das opções outorgadas não poderá ultrapassar o percentual de 5% do total das ações de emissão da Companhia, a qualquer tempo durante a vigência do Plano.

Com o propósito de satisfazer o exercício de opções outorgadas, a Companhia poderá emitir novas ações, dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, conforme permissão do artigo 171, parágrafo 3º, da lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Quaisquer ações subscritas ou adquiridas pelo participante em virtude do exercício das opções somente poderão ser negociadas, alienadas, cedidas ou transferidas após o prazo de três anos após sua aquisição.

A composição do plano de opções na data base de 31 de dezembro de 2020, considerando os prazos de carência para exercício das opções, está demonstrada a seguir:

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

Plano de outorga de opções	1º outorga	2ª outorga	3ª outorga
Data da outorga	02/01/2015	04/01/2016	19/10/2020
Quantidade de opções outorgadas	265.000	20.000	571.000
Quantidade de opções exercidas	(120.000)	-	-
Período de carência para exercício (<i>vesting</i>)	2 anos	2 anos	2 anos
Vencimento para o exercício	02/01/2021	04/01/2022	14/10/2027
Preço de exercício (i)	1,00	1,00	4,20
Beneficiários	4	1	24
(i)	O preço de exercício é fixado e corrigido pela variação do índice de preços ao consumidor amplo – IPCA desde a data da outorga até a data do efetivo exercício da opção.		

Durante o exercício de 2020, a Companhia concedeu 571.000 ações no âmbito do plano de opções, as quais são avaliadas com base na média da cotação das ações da Companhia ponderada pelo volume de negociações nos 120 dias anteriores a data da celebração do contrato de opção, podendo o Conselho de Administração aplicar um desconto de até 20%. O beneficiário poderá exercer ao final de cada período de 12 meses, 20% da sua opção exercível, ou poderá postergar este exercício, desde que seja respeitado o prazo máximo de 7 anos.

A Companhia calculou o valor justo das opções, utilizando as seguintes premissas de mercado:

Preço da ação em 31 de dezembro de 2020: R\$ 5,67

Correção do preço da opção: IPCA

Volatilidade: 49,51%

Taxa de desconto livre de risco: 3%

O valor justo para os planos de opção de compra de ações na data de outorga de cada plano foi calculado com base no modelo de precificação Black & Scholes. Os efeitos foram refletidos na rubrica “Reservas de plano de opções de ações”, no Patrimônio Líquido, em contrapartida como despesas gerais e administrativas, no resultado do exercício, durante o período em que os colaboradores adquirem incondicionalmente o direito.

O impacto contábil registrado na conta de resultado relativo aos planos de opções de compra de ações, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 1.218.

36. COBERTURA DE SEGUROS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve alterações significativas na cobertura de seguros da Cambuci e suas controladas. A Companhia e suas controladas mantém apólices de seguros para seus bens, considerando adequada a cobertura contratada, considerando as orientações de terceiros e a concentração de seus riscos.

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros contra riscos operacionais está composta por R\$153.650 para danos materiais e R\$ 6.472 para responsabilidade civil, respectivamente para o Grupo e para a Companhia.

* * * * *

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

Diretoria estatutária

- Alexandre Schuler - Diretor Presidente
- Roberto Estefano - Diretor de Relações com o Mercado
- Emerson Tsuneji Shiromaru - Diretor Operações Internacionais, Inovação e Tecnologia

Conselho de Administração

- Roberto Estefano
- Eduardo Estefano Filho
- Manuel Roberto Bravo Caldeira

Conselho Fiscal

- Antonio Carlos Bonini Santos Pinto
- Mário Alberto de Lima Reis Coutinho
- Roberto Massayuki Hara

Contador:

Paulo Cesar Picolli
Gerente Contábil Fiscal
Contador CRC SP 165645/O-6